

FUNÇÃO MATERNA: DESEJO OU IMPOSIÇÃO SOCIAL¹

Priscilla Vieira de Carvalho²
Vera Helena Barbosa Lima³

RESUMO:

A partir de uma revisão bibliográfica, percorreu-se pela trajetória da mulher diante da maternidade, pois nem sempre a mulher exerceu os cuidados com seus filhos. Sabe-se que a função materna, a relação mãe-filho, é de extrema importância para o desenvolvimento do bebê. Por muito tempo a questão da maternidade esteve ligada ao feminino onde a mulher se completaria ao tornar-se mãe. O amor materno foi considerado como um instinto natural das mulheres. Assim, a sociedade instituiu que as mulheres deveriam ter o desejo de ser mãe. As transformações sociais, culturais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade trouxeram mudanças para a vida da mulher. Este artigo tem como objetivo verificar o ser mãe no desejo da mulher contemporânea, visto que esta se tornou uma escolha subjetiva. O desejo pela maternidade não se remete mais a todas as mulheres, se tornou uma das possibilidades de escolha para as mulheres. Na atualidade a escolha pela não maternidade ainda causa grande impacto na sociedade, nas famílias e até mesmo na mulher, pois provoca um rompimento do modelo da mulher tradicional. Até hoje, a mulher é a única que pode gestar uma criança. Biologicamente a mulher sempre esteve ligada a maternidade, assim ser mãe hoje, não respeitando o desejo da mulher, se torna uma imposição.

Palavras-chave: Desejo. Função Materna. Maternidade. Mulher.

MATERNAL FUNCTION: SOCIAL DESIRE OR IMPOSITION

ABSTRACT:

From a bibliographic review, it was followed by the woman's trajectory towards motherhood, because the woman did not always exercise the care with her children. Maternal function, the mother-child relationship, is known to be extremely important for the development of the baby. For a long time the issue of motherhood was linked to the feminine where the woman would complete herself by becoming a mother. Maternal love was considered as a natural instinct for women. Thus society has instituted that women should have the desire to be a mother. The social, cultural, political and economic transformations that have taken place in society have brought

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF) na Linha de Pesquisa Práticas clínicas. Recebido em 21/10/19 e aprovado, após reformulações, em 21/11/19.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF). E-mail: pricarvalhopsico@gmail.com.br

³ Mestra em Psicologia e Psicanálise pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF) e docente do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF). E-mail: veralima@cesjf.br

changes to women's lives. This article aims to verify being a mother in the desire of contemporary women, since it has become a subjective choice. The desire for motherhood no longer refers to all women, has become one of the choice for women. At present, the choice for non-maternity still has a great impact on society, families and even women, as it causes a break with the traditional women's model. To this day, women are the only ones who can conceive a child. Biologically women have always been linked to motherhood, so being a mother today, not respecting the desire of women, becomes an imposition.

Keywords: Desire. Maternal function. Maternity. Woman

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que, biologicamente, ser mãe sempre esteve ligado ao feminino como sendo natural. O papel social atribuído a mulher era o casamento e a maternidade. A sociedade instituiu que as mulheres deveriam ter, ou não, o desejo de ser mãe impostos a ela e atribuindo à mulher o papel de cuidar da casa e dos filhos. A família vivia sobre uma cultura patriarcal em que mulheres e crianças ocupavam um lugar de inferioridade. A maternidade é uma construção social que foi atribuída à mulher, pois nem sempre as mulheres cuidaram dos seus filhos, na Idade Média a criança era tratada com indiferença. A maternagem se deu através de discursos que enfatizavam a importância da mãe em cuidar do bebê.

Na contemporaneidade, as transformações ocorridas na sociedade trouxeram mudanças para as famílias, alterando, significativamente, a vida familiar e o papel da mulher na sociedade, principalmente em relação a maternidade. Essas mudanças se deram a partir dos movimentos feministas que buscavam direitos sobre o seu corpo separando a sexualidade da reprodução. Com o surgimento da pílula anticoncepcional as mulheres puderam decidir ser, ou não, mães. Assim, vivenciar a maternidade pode se dar através de uma reflexão, ter ou não ter filhos?

Atualmente, as mulheres assumem vários papéis e tem outros projetos de vida além da maternidade. A mulher conquistou espaço na sociedade e procura independência, carreira profissional entre outras realizações. Neste contexto, é necessário que a maternidade seja vista de outra maneira, compreendendo que esta se apresenta com uma das possibilidades, pois a sociedade apresenta diversas opções. Dessa maneira, a função materna se constitui na atualidade como desejo ou imposição social?

Para a realização da escrita desse artigo, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, exploratória, narrativa, baseada na leitura de livros e artigos de orientação psicanalítica para compreender a relação da mulher com a maternidade. Desta forma, buscou-se compreender as representações sociais e culturais atribuídas à figura feminina ao longo dos tempos, tendo a maternidade como função natural. Apesar de muitas mulheres decidirem pela maternidade, também há mulheres que optam pela não maternidade.

2 A MATERNIDADE E A MULHER NO PERCURSO HISTÓRICO

A desigualdade entre os sexos sempre existiu na sociedade “[...] a mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições [...]” (BEAUVOIR, 1970a, p. 14). De acordo com a mitologia, Lilith seria a primeira mulher criada no mundo. Personagem conhecida em várias culturas, Lilith teria sido a primeira esposa de Adão antes de Eva. Deus criou Adão e uma mulher para ser sua companheira que seria Lilith, ambos do pó. No entanto, Lilith não aceitava a posição de inferioridade em relação ao homem questionando que ambos foram criados da mesma maneira (SICUTERI, 1985).

Por esse motivo Lilith reivindicou igualdade na relação sexual questionando o ficar por baixo.

O amor de Adão por Lilith, portanto, foi logo perturbado; não havia paz entre eles porque quando eles se uniam na carne, evidentemente na posição mais natural a mulher por baixo e o homem por cima Lilith mostrava impaciência. Assim perguntava a Adão: por que devo deitar-me embaixo de ti? Por que devo abrir-me sob teu corpo? Talvez aqui houvesse uma resposta feita de silêncio ou perplexidade por parte do companheiro. Mas Lilith insiste: Por que ser dominada por você? Contudo eu também fui feita de pó e por isso sou tua igual [...] (SICUTERI, 1985, p.19).

Assim, Lilith pede para inverter as posições sexuais, já que eles são iguais mas Adão não aceita respondendo que “[...] Lilith é submetida a ele, ela deve estar simbolicamente sob ele, suportar o seu corpo. Portanto: existe um imperativo, uma ordem que não é lícito transgredir” (SICUTERI, 1985, p.19).

De acordo com Sicuteri (1985), ela entra em conflito com Adão e contesta a Deus questionando sua posição de inferioridade. Como não foi atendida abandonou Adão e foi para o Mar Vermelho, um lugar onde habitavam demônios e espíritos

malignos. Adão ficou sozinho com medo da escuridão e reclamando. Deus enviou anjos para convencer Lilith a voltar para o Éden mas os anjos voltaram dizendo que ela rejeitou voltar para o Jardim de Éden e também para Adão.

Segundo Sicuteri (1985), Lilith foi transformada em um demônio feminino conhecido como a rainha da noite, uma figura sedutora que voa à noite, para atacar os homens e crianças recém-nascidas, suas principais vítimas. Assim, Adão ficou sozinho, então Deus criou Eva para ser sua companheira. Diferente de Lilith, foi criada da costela de Adão para ser submissa ao homem.

Outros discursos a partir da teologia cristã, também contribuíram para justificar a condição de inferioridade da mulher em relação ao homem. De acordo Badinter (1985) no texto de São Paulo, a Epístola aos efestos, Paulo diz que “[...] o homem e a mulher têm os mesmos direitos e os mesmos deveres. Mas trata-se de uma igualdade entre pessoas que não são idênticas, o que não exclui uma hierarquia [...]” (BADINTER, 1985, p. 35). São Paulo acrescenta que o homem foi criado primeiro dando origem a mulher, por isso deve ser o chefe e ter o poder de mandar. Assim, a mulher vivia subordinada ao homem, pois era ele quem tinha autoridade (BADINTER, 1985).

Dessa maneira, verificamos que ao longo da história a mulher viveu situações de inferioridade em relação ao homem. Na antiguidade dentro da família seu papel era cuidar da casa, ser mãe e esposa. Com algumas transformações ocorridas ao longo do tempo o papel da mulher e a configuração da família vem sofrendo importantes modificações no campo cultural, social e econômico. Segundo Ariès (1981), na Idade Média a família se constituía a partir de interesses econômicos. Casar e ter filhos era uma condição da mulher para ampliar os bens das famílias.

Neste contexto, a família vivia um modelo patriarcal, onde o homem tinha o poder sobre sua família, por ser visto como uma divindade (ROUDINESCO, 2003). Entende-se, patriarcado como uma lógica de dominação social de supremacia masculina em que visa a dominação feminina, até que essa dominação atinja todas as mulheres (MENUCCI, 2017). A família era uma realidade mais social do que sentimental, em que mulheres e crianças ocupavam um lugar de inferioridade.

A família dita tradicional, visava os bens familiares, os pais arranjavam os casamentos de seus filhos, sendo esses ainda muito jovens. A vida afetiva não era

algo relevante (ROUDINESCO, 2003). Sendo assim, o que se considerava era que os homens tivessem suas mulheres, sendo essas dependentes e submissas a seus comandos (MENUCCI, 2017). As mulheres não participavam das atividades sociais, sua função era limitada ao âmbito doméstico e a procriação “[...] seu bem maior é seu útero que poderá gerar filhos e assim perpetuar sua função na sociedade. Por anos, a única participação da mulher no grupo social era gerar filhos [...]” (MENUCCI, 2017, p. 376).

Esse poder patriarcal sobre as mulheres e filhos se justificava pelos discursos filosóficos que naturalizavam essa forma de hierarquização. Inicialmente da teologia que seria uma uma visão de divindade, além dos discursos políticos que fizeram uma junção da divindade e da naturalidade (BADINTER, 1985). Para Badinter (1985), as mulheres não exerciam a maternagem devido a lógica patriarcal em que o homem era percebido como superior à mulher e à criança, exercendo autoridade sobre ambas. Em vista disso, na Idade Média, as mulheres não exerciam o cuidado com seus bebês, eles eram alimentados por amas de leite e mantidos sob cuidados de outras pessoas. Essa falta de cuidado materno contribuía para as altas taxas de mortalidade infantil, especialmente entre os recém nascidos.

Dessa maneira, as crianças permaneciam pouco tempo com seus familiares e, por volta dos sete anos, eram enviadas para casa de outras famílias de maneira que, tanto meninos, quanto meninas, serviam de mão de obra para serviços pesados. As crianças conviviam misturadas com os adultos a fim de serem educadas, pois era através, “[...] do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não seu filho, mas ao filho do outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir [...]” (ÀRIES, 1981, p. 156).

A partir do século XV, surgem algumas transformações em relação aos sentimentos de família, assim a educação passa da aprendizagem do ambiente doméstico junto com os adultos à escolarização. O âmbito escolar deixou de ser exclusivo para clérigos e tornou-se um local de inserção social, elaborando essa passagem da infância para a vida adulta. Tais mudanças contribuíram para que vínculos entre pais e filhos fossem estabelecidos, assim, a criança passa a ser vista socialmente (ÀRIES, 1981).

Tornou-se possível uma aproximação entre família e criança, de forma que essa relação adquiriu um viés mais afetivo, de proximidade e pertencimento que antes não existia. Assim, a criança passou a ser vista de forma mais frágil, fazendo com que a família se concentrasse em torno da criança e de suas necessidades. Essa transformação contribuiu para o desenvolvimento da vida privada ocorrendo uma maior aproximação e intimidade na família (ÀRIES, 1981).

Badinter (1985, p. 179) descreve que nesse momento “[...] a família se fecha e se volta para si mesma. É a hora da intimidade, das pequenas residências particulares confortáveis de peças independentes com entradas particulares, mais adequadas à vida íntima [...]”. As transformações nas famílias e na sociedade, emergiram recomendações de médicos e moralistas a fim de que às mães passassem a assumir os cuidados com seus filhos até então, considerados frágeis. Neste contexto, as mães foram obrigadas a cuidar e amamentar seus filhos (BADINTER, 1985). Assim, três discursos contribuíram para os cuidados com as crianças um “[...] alarmante discurso econômico, dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e, por fim, um terceiro discurso dirigido exclusivamente às mulheres [...]” (BADINTER, 1985, p. 149). Conforme Badinter (1985), no século XVIII a questão da maternidade era tratada como algo instintivo e natural baseado em tratativas filosóficas e médicas da época. O amor materno e a preocupação na relação mãe-criança são situações recentes que se deram a partir das mudanças ocorridas na sociedade.

Para Dias (1997), no século XIX, com a Revolução Industrial, ocorreram mudanças sociais tornando-se uma sociedade industrial capitalista. Com o avanço da tecnologia, a família, sofreu transformações em seu cotidiano, onde a mulher deixou o papel de cuidadora passando a trabalhar fora, dividindo, assim, a responsabilidade dos pais diante da educação dos filhos. Com a industrialização, a maternidade passou do modelo tradicional para um modelo moderno, a mulher, então, deixou de ser somente mãe para assumir outras possibilidades (SCAVONE, 2001a).

A Revolução Francesa foi o marco principal para as transformações ocorridas na família. A partir do século XIX, a questão do patriarcado foi questionada devido a perda de influência da igreja para o Estado, assim, o pai deixou de ser uma figura divina dentro da família (RODINESCO, 2003). Com as responsabilidades maternas,

progressivamente, a dominância e autoridade do pai que, antes, era tão forte, entra em declínio. Isso ocorre à partir, do momento em que mulheres, ao enxergar novas possibilidades para além da maternidade, passam a assumir posições que outrora eram apenas masculinas (BADINTER, 1985).

Tais conquistas femininas surgiram, através da luta de mulheres por seus direitos. A partir do século XIX, surge na Inglaterra os movimentos feministas visando diluir as marcas da desigualdade social e de gênero (MENUCCI, 2017). Nesse contexto, entre o final do século XVIII e meados do XX, surge a família moderna, nessa fase os casamentos passam a ocorrer por amor e o casal passa a dividir as responsabilidades da casa e dos filhos. Com o movimento feminista as mulheres lutavam para garantir direitos iguais entre os sexos e a divisão de papéis (DIAS, 1997). Em 1930 este movimento perde força nos Estados Unidos, Europa e Brasil reaparecendo em 1960 como a segunda onda do feminismo. Esse movimento surge propondo reivindicar o direito da escolha sobre a maternidade e sexualidade, o direito dos desejos e prazeres (PINTO, 2003).

Segundo Arán (2003), o livro **O segundo sexo** de Simone de Beauvoir contribuiu para impulsionar esse movimento tornando-o mais social do que político. As mulheres começaram a reivindicar seus direitos trazendo importantes mudanças para o interior da família. Com o surgimento da pílula anticoncepcional em 1960 possibilitou para as mulheres um controle sobre a gravidez acarretando mudanças na sociedade. Esses acontecimentos contribuíram para a entrada da mulher no mercado de trabalho e a separação entre sexualidade e reprodução. De acordo com Scavone (2001a), a pílula foi uma das contribuições para que as mulheres pudessem optar pela escolha da maternidade.

3 A MULHER NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO MATERNA

Tudo se inicia na gestação. Algo invade o corpo da mulher e toma conta do ventre materno. A gravidez é um período, em que a mulher passa por diversas transformações, que dura cerca de 40 semanas da concepção até o parto (CORREIA, 1998). Nesse período ocorrem mudanças físicas, psicológicas e sociais para a mulher. A gravidez faz parte do desenvolvimento normal pois, necessita que a

mulher se reestruture em diversas proporções de sua vida. A mulher passa a ser olhada de maneira diferente, ocorrendo mudanças em sua identidade e no seu papel, ela deixa de ser somente filha para se tornar mãe (MALDONADO, 1991).

Com as mudanças ocorridas na gravidez “[...] a mãe transfere algo de seu interesse em si própria para o bebê que está crescendo dentro dela [...]” (WINNICOTT, 1983, p. 52). Ao final da gestação e nas primeiras semanas, após o nascimento a mãe vive um estado de preocupação primária, Esse estado demanda que a mãe se identifique com o bebê para compreender o que ele precisa (WINNICOTT, 1983).

A função materna é essencial para a organização psíquica do sujeito. Para Winnicott (1994), a função materna é necessária antes mesmo do nascimento do bebê, através do desejo dos pais. Ressalta que o ambiente onde a criança vai ser gerada e a convivência do casal, são fatores que influenciam no desempenho da função materna.

Para Maldonado (1991), os três primeiros meses após, o parto é um período importante para a formação do vínculo mãe-bebê. Spitz (2004), em sua teoria enfatizou a importância do afeto na relação mãe-filho nos primeiros anos de vida para o desenvolvimento do bebê. Os cuidados devem ser feitos pela mãe pois, a criança é incapaz de sobreviver sozinha. Evidencia “[...] o papel totalmente abrangente da mãe no aparecimento e desenvolvimento da consciência do bebê e a participação vital que ela tem nesse processo de aprendizagem” (SPITZ, 2004, p. 99).

Segundo Winnicott (1983), o indivíduo nasce com um conjunto desorganizado que vão se integrando até atingir uma imagem consolidada de si, e do mundo. Dessa forma, o papel da mãe é fornecer ao bebê um eu auxiliar que permita incorporar suas sensações corporais e estímulos ambientais. A mãe é quem proporciona ao bebê condições adequadas para um desenvolvimento sadio.

A mãe suficientemente boa é a aquela, que responde durante os primeiros meses de vida do bebê, identificando-se com ele e suprimindo suas necessidades, possibilitando a formação de um eu forte. Ela oferece para o bebê as condições necessárias para o seu desenvolvimento sadio (WINNICOTT, 1983). Quando a mãe não é suficientemente boa “[...] a criança não é capaz de começar a maturação do ego, ou então ao fazê-lo o desenvolvimento do ego ocorre necessariamente distorcido em certos aspectos vitalmente importante [...]” (WINNICOTT, 1983, p. 56).

A função da mãe suficientemente boa é exercer o *holding* e *handling*. Winnicott (1983), descreve o termo *holding* como a sustentação, o segurar. A mãe identificada com seu bebê, propicia um momento de *holding* por ser um momento de trocas afetivas. Nesse lugar a mãe com seu bebê é capaz de saber como ele se sente atendendo suas necessidades. O *handling* acontece através, do contato físico da manipulação com o corpo do bebê. Essa experiência do bebê através, do toque da mãe vai propiciar uma distinção do seu próprio corpo, do eu e do não eu. Esse manejo com o bebê é fundamental para a constituição do self (WINNICOTT, 1983).

Com “o cuidado que ele recebe de sua mãe” cada lactante é capaz de ter uma existência pessoal, e assim começa a construir o que pode ser chamado de continuidade do ser. Na base dessa continuidade do ser o potencial herdado se desenvolve gradualmente no indivíduo lactante. Se o cuidado materno não é suficientemente bom então o lactante realmente não vem a existir, uma vez que não há continuidade do ser; ao invés a personalidade começa a se construir baseada em reações a irritações do meio (WINNICOTT, 1983, p. 53).

De acordo, com Chodorow (2002, p. 106), “[...] o caráter da relação inicial da criança com sua mãe afeta profundamente o seu senso do eu, suas posteriores relações objetais, e seus sentimentos sobre sua mãe e as mulheres em geral [...]”.

Nas relações objetais para o recém-nascido ainda não há objetos, esses se desenvolvem nos primeiros anos de vida, através da relação mãe- bebê. A mãe é quem vai satisfazer suas necessidades e compensar o que falta para o bebê (SPITZ, 2004).

No processo do desenvolvimento das relações objetais Spitz (2004), estabeleceu três estágios: estágio pré-objetal ou sem-objeto, estágio precursor do objeto e estágio do próprio objeto libidinal. O primeiro estágio refere ao que Freud denominou de Narcisismo Primário. Esse estágio, vai do nascimento aos dois meses Spitz (2004), descreve como não-diferenciação, devido o bebê ainda não ter um conjunto organizado de si, e do mundo. Sua percepção ainda não se encontra organizada, assim, não diferencia o ‘eu’ do ‘não-eu’, mundo interno e externo. O bebê não reconhece o objeto⁴ e nem o mundo a sua volta, percebe o seio que o alimenta como parte de si mesmo, ainda não tem percepção do seio materno externo de si.

⁴ O objeto é, “[...] ‘aquilo em que ou por quem ela pode alcançar seu objetivo’. Originalmente, o objeto não está ligado à pulsão. É seu elemento mais variável: a pulsão se desloca de um objeto para outro,

No segundo estágio, a partir do segundo e terceiro mês de vida, o bebê passa a responder com um sorriso, sendo este o primeiro organizador da psique. Aqui se estabelece a primeira relação com objeto. O bebê passa a perceber o rosto humano “[...] no início do segundo mês de vida, o rosto humano torna-se um percepto visual privilegiado, preferido a todas as outras ‘coisas’ do ambiente do bebê” (SPITZ, 2004, p. 87). É no terceiro estágio das relações objetais que surge, a angústia do oitavo mês. É o segundo organizador psíquico, pois o bebê demonstra uma reação de ansiedade frente ao rosto de um estranho. Isso ocorre porque o bebê o compara com a mãe. Nesse estágio, o bebê já estabeleceu a relação objetal, ele já é capaz de reconhecer a mãe diante de estranhos. A ausência da mãe faz-se com que o bebê sinta uma angústia pois, “[...] na criança de oito meses de idade reflete o fato de que ela estabeleceu, neste momento, uma verdadeira relação objetal, e de que a mãe se tornou seu objeto libidinal⁵, seu objeto de amor” (SPITZ, 2004, p. 157). Para receber esse amor o bebê precisa se identificar ao desejo da mãe, só assim terá um lugar no desejo dessa mãe.

Aos quinze meses, aparece o terceiro organizador o ‘não’. Inicialmente de forma gestual, e só depois em termos da linguagem. A partir, desse momento se instala as primeiras relações sociais dessa criança (SPITZ, 2004).

4 SER MULHER DESEJO OU IMPOSIÇÃO.

No decorrer dos anos a Psicanálise discutiu a respeito do desenvolvimento da feminilidade na mulher. Segundo Freud (1969), seria difícil descrever o que é a mulher, assim a psicanálise procura explicar como é o desenvolvimento da mulher desde a criança.

Freud (1969), partindo da teoria da bissexualidade, evidencia as diferenças anatômicas do homem e da mulher, mostrando que partes do aparelho sexual masculino, o pênis, aparecem também na mulher o clitóris de modo atrofiado. Assim,

durante seu destino. O objeto pode servir para satisfazer diversas pulsões [...]” (CHEMANA, 1995, p. 150).

⁵ Libido “[...] energia psíquica das pulsões que encontram seu regime em termos de desejo, de aspirações amorosas, e que, para S. Freud, explica a presença e a manifestação do sexual na vida psíquica [...]” (CHEMANA, 1995, p. 126).

o indivíduo não é homem ou mulher, mas os dois simultaneamente. Dessa forma, a mulher se encontra passiva enquanto o homem ativo. Descreve o conceito de masoquismo associado ao feminino pois, a agressividade “[...] favorece o desenvolvimento de poderosos impulsos masoquistas que conseguem, conforme sabemos, ligar eroticamente as tendências destrutivas que foram desviadas para dentro [...]” (FREUD, 1969, p. 143-144).

Para a entrada na feminilidade, Freud (1969) afirma, que é necessário o deslocamento da zona erógena do clitóris para a vagina. Além dessa mudança, a menina também deve mudar seu objeto amor. Para a menina, assim como para o menino, o primeiro objeto de desejo é a figura materna, o que diferencia é que o menino, mantém a mãe como seu objeto de amor, enquanto a menina o redireciona para o pai à partir da entrada para o Complexo de Édipo. Tal fato muda também sua posição ativa com a mãe para uma posição passiva em relação ao pai. Com a descoberta da diferença sexual, as meninas se sentem em desvantagem, castigadas, o que as faz abandonar sua relação com a mãe, se revoltando contra ela e culpando-a pela castração, falta do pênis. Essa falta gera certa 'inveja do pênis', visto que elas entendem essa falta enquanto uma injustiça, acabando por desejar ter um pênis também (FREUD, 1969).

Com a castração, a mulher têm três trajetórias a seguir: “[...] uma conduz à inibição sexual ou à neurose, outra, à modificação do caráter no sentido de um complexo de masculinidade, a terceira, finalmente, à feminilidade normal [...]” (FREUD, 1969, p.155). Dessa forma, um dos destinos para as mulheres seria a maternidade, não apenas pelo desejo, mas como uma compensação à condição de inferioridade sexual (FREUD, 1969).

De acordo com Freud (1969), a maternidade seria um dos caminhos para a construção da feminilidade, pois o desejo feminino em ter um pênis, sendo este negado pela mãe, “[...] só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis, consoante uma primitiva equivalência simbólica [...]” (FREUD, 1969, p.157-158). Este desejo por um bebê já foi manifestado antes, na fase fálica, à partir do brincar de boneca. De acordo com Badinter (1985), em sua teoria, Freud estava repetindo o mesmo erro de Rousseau no *Émile*, visto que, ao desejarem descrever a natureza feminina,

acabavam por apenas replicar o modelo de mulher que lhes era apresentado (BABINTER, 1985).

Assim, sendo a maternidade como algo inato para a mulher, surge no final do século XVIII, o amor materno como um sentimento natural a figura feminina. Segundo Badinter (1985) por muito tempo o amor materno foi considerado como um instinto da natureza da mulher sendo difícil se desvencilhar desse papel pois, “[...] aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer [...]” (BADINTER, 1985, p. 20).

Para a sociedade, a mulher tem que ser mãe, pois, segundo Beauvoir (1967), mulheres são fisiologicamente destinadas à maternidade, sendo essa uma vocação ‘natural’ a qual o organismo feminino é direcionado, visando a perpetuação da espécie. As mulheres que não queriam ter filhos eram consideradas incompletas (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Conforme Badinter (1985), o instinto materno é um mito, sendo, uma construção social. O amor materno não é algo natural, é um sentimento humano como qualquer outro podendo existir ou não, ser forte ou frágil. Assim, o autora questiona: “[...] Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É ‘adicional’ ”(BADINTER, 1985, p. 367).

Ressaltando o instinto materno, Beauvoir (1967) afirma não existir. Assim, para Chodorow (2002), a maternação é considerada como natural, no entanto afirma ser questionável já, que a forma como o ser humano se comporta não é marcado por instinto e, sim, pela cultura.

De acordo com Scavone (2001a), a maternidade é um fenômeno social, marcado por desigualdades sociais que não atingem da mesma forma todas as mulheres e culturas. Logo, a maternidade se apresenta enquanto uma lógica sócio-histórica e não como algo determinado biologicamente, tendo relação com investimento emocional e com cuidados em diferentes medidas (CORREIA, 1988). Assim, “[...] o fato de que as mulheres tenham um intenso e quase exclusivo papel

materno deve-se a uma transposição social e cultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar [...]” (CHODOROW, 2002, p. 50).

Sabe-se que as reflexões sobre a maternidade surgiram, através, do movimento feminista, o qual contribuiu para que mulheres tomassem consciência a respeito das implicações sociais e políticas da maternidade. Esse movimento buscava romper a maternidade como um fator biológico feminino (SCAVONE, 2001b). Dessa forma, Badinter (1985) aponta que o movimento feminista teve importante participação nas discussões relacionadas à mulher e à maternidade rompe com a ideia freudiana de mulher normal, passiva, masoquista e predestinada ao sacrifício.

As transformações ocorridas acerca da maternidade se devem aos processos sociais e à globalização, visto que com as tecnologias reprodutivas as mulheres tiveram a possibilidade de escolher ser ou não ser mãe, tornando essa decisão mais reflexiva (SCAVONE, 2001a). Dessa forma, ter filho, nos dias atuais, se tornou uma escolha, um planejamento, já que passaram a serem oferecidos diversos métodos contraceptivos, deixando o viés da maternidade enquanto imposição social de lado e assumindo um papel de desejo pessoal (CORREIA, 1998).

Com as mudanças ocorridas na sociedade e no interior das famílias, a maternidade se encontra em um período de transição “[...] seguindo tanto as pressões demográficas, natalistas ou controlistas, como as diferentes pressões feministas e os desejos de cada mulher” (SCAVONE, 2001b, p.4). Nesse período, de transição, essa escolha reflexiva pela maternidade se constitui a fim de possibilitar que homens e mulheres optem pela reprodução sem receios, de forma consciente e desejante (SCAVONE, 2001b). A escolha pela maternidade se explica pelos seguintes fatores:

Os motivos da escolha da maternidade podem estar ligados a inúmeras causas que, isoladas ou conjuntas, se explicariam no ponto de interseção do biológico, do subjetivo e do social: o desejo atávico pela reprodução da espécie, ou pela continuidade da própria existência; a busca de um sentido para a vida; a necessidade de uma valorização e de um reconhecimento social (como no caso de algumas mães adolescentes, ansiosas por ocupar um espaço de maior respeitabilidade na sociedade); o amor pelas crianças; a reprodução tradicional do modelo da família de origem, entre outros. Em relação aos fatores especificamente sociais estão as condições econômicas e culturais das famílias; os projetos e possibilidades profissionais [...] (SCAVONE, 2001a, p. 50).

Sendo assim, a sexualidade ganhou novas proporções separando sexo e reprodução. Foi uma forma de mulheres optarem pela vida familiar ou profissional,

podendo também se adequar a desempenhar ambos os papéis (SCAVONE, 2001b). Partindo dessa premissa, Beauvoir (1967) aponta a função reprodutora como um desejo e, não mais, como um determinismo biológico.

Dessa maneira, percebe-se que a maternidade deixa de ocupar uma posição central na vida das mulheres, visto possuir outros ideais além de o ser mãe (CORREIA, 1998). Assim, conforme Chodorow (2002), não é uma característica nata de mulheres o ser mãe, algumas simplesmente não possuem esse desejo, visto que nem todas possuem atributos 'maternais' ou de cuidado.

Em uma pesquisa, realizada no Rio Grande do Sul com mulheres sem filhos, uma das categorias se referiam a reflexões sobre a maternidade. Neste ponto as mulheres que ainda não eram mães, justificavam tal fato com questões em relação à vida profissional, estabilidade financeira e à constituição de uma relação estável. A maternidade passa a ser um projeto futuro, que necessita de planejamento (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014).

Isso ocorre, devido atualmente, a mulher tem assumido vários papéis que antes eram ocupados apenas por homens, o que trouxe mudanças para a rotina da mulher e para seus projetos de vida. Passou-se, assim, a postergar o projeto de ter filhos e a priorizar outros, como a vida profissional e acadêmica (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014). Atualmente, “[...] a maternidade acontece predominantemente num contexto de projeto em conjunto com outros projetos (profissionais, económicos...) [...]” (CORREIA, 1998, p. 370).

Em contrapartida, Mansur (2003) aponta que, mesmo com as possibilidades de escolha, mulheres que ainda não tiveram filhos acabam sendo estigmatizadas. Antes eram vistas como doentes, eram nomeadas como “mulheres secas” e, hoje são vistas como mulheres, feministas, que optam por seu corpo e por sua individualidade. Não querem abrir mão de sua vida de relação social, sexual de trabalho em prol de um outro que lhe exigirá cuidados e preocupações por toda vida.

Para Scavone (2001b), apesar das mudanças ocorridas, a maternidade ainda terá uma questão ligada ao social.

Para além dos motivos psicológicos, sócio-econômicos, que fazem as mulheres adiarem, adiantarem, aceitarem ou recusarem a maternidade, ou ainda, dos valores ideológicos e políticos que alimentam o ideal de sua realização, sempre estará em questão seu significado social. Este significado

revela que, apesar das inúmeras mudanças ocorridas na situação social das mulheres, a realização da maternidade ainda compromete consideravelmente as mulheres e revela uma face importante da lógica da razão androcêntrica [...]” (SCAVONE, 2001b, p. 4).

O não exercício da maternidade gera uma cisão de um modelo tradicional de o que é ser mulher. Trata-se de uma decisão complexa, enveredados por caminhos diversos, dimensões variadas, determinado por fatores específicos (MANSUR, 2003). No entanto, mesmo o instinto materno sendo questionado e a mulher tendo conquistado outros espaços, ainda há uma cobrança da sociedade para que mulheres estudem, tenham sua carreira profissional e cumpram o papel de ser mãe (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007). A mulher ainda se encontra vinculada ao papel de ser mãe e sendo assim, a mulher não precisa pensar nessa escolha pela maternidade “[...] pois é tido como natural que isso aconteça e que ela cumpra sua missão biológica. Assim, o que poderia ser uma escolha torna-se quase que uma ‘imposição’: ter que engravidar [...]” (LEMOS; KIND; 2017, p. 841).

Tal imposição pode ser percebida ainda na contemporaneidade, visto que, segundo Lemos e Kind (2017), mesmo com a conquista pelo poder de escolha da maternidade já ser algo disseminado, ainda existem mulheres que se sentem afetadas por essa ‘imposição’. Não consegue se juntar a esse papel. Tentam adiar, planejar e programar e por isso, às vezes deixam o tempo passar e não conseguem, quando o desejo se presentifica, pois seu corpo envelheceu.

Por tudo que foi escrito anteriormente o conflito permanece com o feminino. Ser mulher ou ser mãe? É possível equacionar dois papéis? Não perder a feminilidade da mulher no papel de mãe? Esse é um dos desafios vivenciados pelas mulheres contemporâneas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, a mulher viveu em uma posição de inferioridade diante do homem devido ao fato de a sociedade atribuir diferentes papéis para homens e mulheres. Diante das representações sociais e culturais foi atribuído a mulher o ser mãe e, visto isso, o amor materno surgiu como um sentimento natural e social atrelado à figura da mulher. Dessa forma, observamos que o amor materno não é mais naturalizado, mas sim um sentimento que pode existir ou não.

Por muito tempo a maternidade foi atrelada ao feminino, de forma que toda mulher estaria destinada à desempenhar esse papel, no entanto, essa condição sofreu grandes transformações e, atualmente, as mulheres estão unindo forças à fim de desconstruir a imposição sociocultural de naturalização da maternidade. Logo, ter filhos passou a ser uma decisão das mulheres e, não, algo imposto a elas, pois nem todas nasceram destinadas à serem mães.

Hoje, mulheres têm outros projetos para sua vida, como a conquista de independência financeira atrelada à construção de uma carreira profissional, assim, a maternidade deixa de ser o único destino possível de suas vidas. Visto isso, há de se considerar que algumas mulheres não estão dispostas a abrir mão de sua liberdade para se dedicar a cuidar dos filhos e, por isso, são consideradas, em dados momentos, como egoístas. À partir do desenvolvimento dos métodos contraceptivos, mulheres passaram a ter poder de escolha sobre seu corpo e o ser mãe, visto que, o desejo de ter um filho adquiri diferentes sentidos para elas, pois envolve cuidado e afeto, podendo, assim, se escolher quando e se querem ter filhos.

Diante de tantas transformações, a maternidade ainda tem uma questão ligada ao social, sendo assim, essa escolha ainda causa um estranhamento para a sociedade, pois, a mulher que não deseja ter filhos provoca o rompimento de um modelo feminino tradicional. Ser mãe é tratado como algo natural para as mulheres, mesmo elas sendo bem-sucedidas, a sociedade ainda cobra que cumpram o papel de ser mãe, tornando-se quase uma imposição. Muitas vezes, essas mulheres acabam sendo criticadas, vivenciam preconceitos pela sociedade e pela própria família, pois esses não aceitam que ser mãe é uma escolha.

A maternidade deve ser vista de maneira diferente, pois, é uma escolha afetiva e que deve ser feita com liberdade. Acredita-se que a maternidade não é uma condição natural, mas, sim, uma construção social na qual nem todas as mulheres sentem o desejo de desempenhar.

REFERÊNCIAS

ARAN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 399-422, Dez. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2003000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago.2019.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 ago. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

CHEMAMA, R. **Dicionário de psicanálise Larousse**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul LTDA, 1995.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade**. Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

CORREIA, Maria de Jesus. Sobre a maternidade. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 16, n. 3, p. 365-371, set. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S08708231199800030002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2019.

DIAS, Maria Luiza. **Vivendo em família: relações de afeto e conflito**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

FREUD, Sigmund. Feminilidade. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XXII**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

LEMOS, Renata Feldman Scheinkman; KIND, Luciana. Mulheres e maternidade: faces possíveis. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 840-859, dez. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S18084281201700030003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03. set. 2019.

LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; BOECKEL, Mariana Gonçalves. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 4, 2014, p. 917-958. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n4/v22n04a18.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.

MANSUR, Luci Helena Baraldo. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 2-11, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2019.

Maldonado, Maria. Tereza P. **Psicologia da Gravidez**. parto e puerpério. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MENUCCI, Júlia Monfardini. Uma história do feminismo no Brasil. **Caderno Espaço Feminino** – Uberlândia. v.30, n. 2– Jul./Dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/37855/pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

PINTO, Céli Regna Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cad. Pagu**, Campinas, n.16, p.137-150, 2001b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago. 2019.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, n. 8, p. 47-69, 2001a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2019.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A Família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SICUTERI, Roberto. **Lilith: a lua negra**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1994.